

ACTA N.º 32

Aos seis dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dois, pelas vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Mafamude, na sua sede, sita à Rua Soares dos Reis, número mil cento e cinquenta e quatro, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Milton de Jesus dos Reis.-----

Feita a chamada, registou-se a ausência da Sra. D. Maria Alexandra Lopes Fernandes (PPD/PSD), que foi substituída pelo Snr. Nuno Miguel dos Santos Braga da Costa.-----

Do Executivo da Junta estiveram presentes; O Presidente da Junta, Senhor Fernando Lopes Vieira; Secretária, D. Maria Amélia Traça Machado; Tesoureiro, Senhor Belmiro Francisco da Rocha Pereira, e os Vogais, Senhor Ilídio Tavares de Sousa, Senhor Joaquim Teixeira Assunção, António José da Silva Pereira e a Sra. Dra. Virgília Laurinda Belo dos Santos Braga da Costa. -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa informou que se ia passar à discussão e votação do ponto 4.2 da Ordem de Trabalhos - "**Proposta da Toponímia, para a Praceta do Gaveto da Rua 14 de Outubro**", pelo que, deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, no sentido de se pronunciar acerca deste ponto.-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia: Antes de se pronunciar sobre o ponto em discussão, agradeceu a todos aqueles que se preocuparam e tiveram o cuidado em saber das suas melhoras, durante o período em que esteve doente. Relativamente ao ponto 4.2, informou que tendo em conta que o local era bastante conhecido na Freguesia como zona do Casal, e tendo havido anuência por parte dos moradores, se entendeu chamar àquela Praceta, Praceta do Casal. Colocada à votação foi a referida proposta aprovada por unanimidade.-----

Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa informou que se ia passar à discussão e votação do ponto 4.3 da Ordem de Trabalhos - "**Análise da situação do Pinheiro Manso**".-----

Senhor Presidente da Junta: Começou por dizer que muito se tem dito e falado sobre o Pinheiro Manso, fora da Ordem de Trabalhos, antes de qualquer tipo de análise. Neste sentido e face às intervenções na imprensa que foram dadas por outras forças políticas, informou que seu Executivo, desde há muito que tem vindo a ser solicitado pela comunicação social para falar sobre o Pinheiro Manso. Manteve no entanto sempre a mesma postura, não se pronunciando acerca do assunto, sem que a Assembleia de Freguesia analisasse, em primeira mão, esta matéria. Referiu as razões pelas quais o Executivo se bateu na defesa do Pinheiro Manso, lamentando que após estes anos, o Ministério da Agricultura e Pescas, em parceria com a Direcção-Geral de Florestas, tivesse tomado a atitude de desclassificação, tendo em conta que a Direcção-Geral de Florestas, tinha incentivado a Autarquia e ajudado na constituição do processo para classificação de árvore de interesse público. Sobre este assunto entende que a Assembleia tem que ter uma palavra, visto que na altura e em conjunto com o Executivo, se empenhou pela defesa do Pinheiro. Por último informou que tudo iria fazer, junto da Câmara Municipal de Gaia, para que algo fosse feito no local, de forma a perpetuar a memória do Pinheiro.-----

Para discussão este ponto inscreveram-se os Senhores Deputados:

Senhor Deputado Agostinho Santos (PS): Começou por, em seu nome e em nome dos representantes do Partido Socialista, congratular-se pelas melhoras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Seguidamente leu um pequeno texto que serviu como tema de base à introdução do assunto sobre o Pinheiro Manso. Referiu que se estava perante um caso que não devia servir de exemplo para se fazer política. As condições eram diferentes, as mesmas pessoas que defenderam o Pinheiro, presentemente não diziam o mesmo. Era seu entendimento que da mesma forma como se lutou, em tempos, para que o pinheiro não fosse abaixo, se tentasse uma vez mais lutar para que aquela espécie fosse preservada. Estava desiludido e desencantado,

porque o que estava em causa era a política que se fazia e a imagem que de transmitia às pessoas. Disse ainda que enquanto não soubesse o que estava programado ser feito em relação ao Pinheiro e ao que iria nascer no terreno, não se pronunciaria sobre este assunto.-----

Senhor Deputado Paulo Tavares (CDU): Começou por felicitar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, pela passagem dos seus 25 anos de Autarca e congratular-se pelas suas melhoras. Referindo-se ao ofício da Direcção-Geral de Florestas e nomeadamente ao seu despacho, disse que este era lamentável. Se deveria tentar saber se o Pinheiro ainda está de saúde, caso não estivesse, se deveria ver se era possível recuperá-lo. Se deveria lidar com esta situação de uma forma mais consensual e, se preciso fosse, se deveria recorrer a parecer de outros técnicos pois não nos devíamos entregar ao primeiro parecer. No seu entender, e por achar que os políticos têm responsabilidades no que diz respeito a esta matéria, não se deveria deixar passar a mensagem de que o crime compensa. Se o Pinheiro foi vítima de atentados constantes, se deveriam unir, no sentido de não deixar que o crime compense. Em sua opinião, depois de esgotados todos os recursos na recuperação do Pinheiro, e se de facto este viesse abaixo e constituísse perigo para a população, se deveria simbolicamente plantar um outro Pinheiro naquele local. Por último perguntou se havia conhecimento da existência de algum projecto imobiliário para aquele local na Câmara.-----

Senhor Deputado António Rocha (PSD/PP): Na sequência da intervenção anterior, iria começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Junta, em nome do seu grupo, pelos 25 anos de autarca e associar-se, também, de uma forma efusiva à vontade expressa pelo Senhor Presidente da Câmara, em carta pessoal, dirigida ao Senhor Presidente, referindo a proposta que iria fazer, de atribuição da Medalha de Mérito Cívico ao Senhor Presidente da Junta, por julgar ser um acto de justiça. Relativamente ao Pinheiro Manso, referiu que tudo foi feito pela salvaguarda do mesmo. Se a árvore morresse de pé isso devia-se ao trabalho político, feito em Mafamude. Estava de acordo com o que o Senhor Deputado Paulo Tavares, tinha sugerido, se deveriam concensualizar algumas coisas, de forma a ser ali criado algum símbolo. Seguidamente lembrando os estragos já causados pela queda de alguns ramos, disse que estavam ali para defender e salvaguardar o interesse público e não para por em causa a vida das pessoas, estavam disponíveis para encontrar e propor uma solução, de forma a que fosse perpetuada a sua memória. Referiu ainda que a Junta de Freguesia, tinha sido responsável pela saúde do Pinheiro, tinha feito tudo para evitar a sua destruição, tanto no aspecto político, quer depois em tribunal, pedindo o seu direito de concessão.-----

Senhor Presidente da Mesa: Deu o seu testemunho das acções levadas a efeito, quer pela Junta de Freguesia, quer pela Assembleia, na defesa e preservação do Pinheiro Manso. Passados estes anos, sentia-se frustrado e revoltado. Este sentimento de revolta era resultante do estado em que actualmente se encontrava aquela árvore. Apesar do empenhamento dos órgãos autárquicos durante vários anos foi possível que alguém, mal intencionado, tivesse atentado contra o património da Freguesia. Na sua opinião achava que não se devia continuar a lutar contra moinhos de vento e que, dada a situação a que se chegou de degradação da árvore, se deveria tentar aproveitar aquilo que fosse possível aproveitar.-----

Senhor Presidente da Junta: Face à intervenção feita pelo Senhor Deputado António Rocha, disse que pouco havia a dizer ou acrescentar, iria apenas prestar alguns esclarecimentos que foram solicitados. Ainda sobre a defesa do Pinheiro, salientou que ninguém tivesse dúvidas, de que, o Executivo, tudo fez na defesa do Pinheiro, desde acções no Tribunal, pedidos para que a propriedade passasse para posse da Autarquia, bem como negociações com o proprietário do terreno. Sentia-se completamente tranquilos. Relativamente ao pedido de esclarecimento efectuado pelo Senhor Deputado Paulo Tavares, informou que não tinha entrado nenhum processo na Câmara de Gaia. Tinha a garantia do Senhor Vereador do Urbanismo, que se ia tentar encontrar uma solução urbanística, óptima para aquele local e condizente com a política urbanística que esse Vereador estava a defender presentemente. Continuará a defender o Pinheiro, ou, defender que naquele local não fosse construído uma torre com muitos andares, que

era o que em tempos tinha sido requerido pelo proprietário do terreno.-----

Senhor Presidente da Mesa: Informou que tinha sido presente à Mesa um documento e que, para permitir que o mesmo fosse analisado com algum cuidado, iria suspender os trabalhos por dez a quinze minutos.-----

Retomados os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa, deu a palavra ao Senhor Deputado António Rocha.-----

Senhor Deputado António Rocha (PSD/PP): Dirigindo-se aos Senhores líderes da Bancada do PS e CDU, por terem manifestado abertura sobre a matéria em questão entendeu-se que, atendendo às informações prestadas pelo Senhor Presidente da Junta, fosse programada uma visita conjunta ao Snr. Vereador responsável Câmara Municipal de Gaia para tentar saber o que estava previsto ser implantado naquele local.-----

Senhor Presidente da Mesa: Depois das forças políticas, terem chegado a um consenso, informou que o assunto do Pinheiro Manso iria ficar adiado, comprometendo-se a incluir este mesmo tema na próxima ordem de trabalhos, de forma a ser tomada uma posição, face às informações obtidas, junto da Câmara Municipal de Gaia.-----

Senhor Deputado Agostinho Santos (PS): Na sequência das felicitações feitos aos Senhor Presidente da Junta, pela homenagem que lhe tinha sido prestada, pelos vinte e cinco anos de autarca, lamentou que a Comissão organizadora não tivesse convidado as pessoas que nos últimos tempos trabalham com o Presidente, nomeadamente os membros da Assembleia de Freguesia, independentemente das cores políticas.-----

Senhor Presidente da Mesa: Informou que, quase à última hora, tinha sido convidado, pessoalmente para estar presente e que o convite, competia a quem organizou a homenagem.-----

Senhor Presidente da Junta: Agradeceu, e, informou que tinha sido convidado para estar presente numa homenagem que lhe ia ser prestada pelas colectividades da Freguesia.-----

Senhor Deputado António Rocha (PSD/PP): Relativamente a este assunto esclareceu que tinha sido convidado para duas reuniões e que fez a sugestão, a quem estava mais directamente na organização, de que convidasse todos os autarcas da Assembleia de Freguesia. Todavia, por problemas de ordem operacional, não tinha sido possível fazê-lo, independentemente da vontade das pessoas.-----

Senhor Presidente da Mesa: Seguidamente informou que se ia passar à leitura dos documentos presentes à mesa, pelo que, de imediato solicitou ao Senhor Secretário da Mesa, que lesse os três documentos subscritos por todos os grupos parlamentares - Moção sobre a condenação à morte de Amina Lawal na Nigéria (vide doc.1); Moção que reclama o cumprimento integral da Lei das Finanças Locais (vide doc. 2); Moção Lembrar Adriano (vide doc.3). De seguida solicitou ao Senhor Deputado Paulo Tavares que desse a conhecer os dois requerimentos apresentados pela CDU.-----

Senhor Deputado Paulo Tavares (CDU): Requerimento sobre a degradação da habitação na zona de Santa Luzia (vide doc. 4). Requerimento sobre as alterações de trânsito junto à Escola António Sérgio (vide doc.5).-----

Presidente da Mesa: Dado o adiantar da hora, pediu autorização para que fosse permitida a sua continuidade e de seguida solicitou a todos os que pretendessem intervir sobre os documentos presentes, o fizessem no mais curto tempo possível.-----

Senhor Deputado António Rocha (PSD/PP): A sua intervenção consistiu em informar da razão pelo qual o seu partido tinha subscrito os três primeiros documentos. Em relação aos requerimentos se iriam abster, por achar que os mesmos deveriam ser considerados como recomendações.-----

Senhor Deputado Paulo Tavares (CDU): Não discordava, tinha adoptado aquele procedimento em forma de requerimento, pelo facto de ter assistido numa Assembleia, de uma Junta de Freguesia, nomeadamente Santa Marinha, de terem apresentado um documento do mesmo género.-----

Senhor Presidente da Junta: Relativamente à Moção n.º 2, informou que a ANAFRE e a Associação Nacional de Municípios, tinham estado reunidos com a Comissão Económica do Orçamento abordando o tema da concessão de crédito para a construção de habitação social e que, nesta matéria existe alguma evolução. Relativamente ao requerimento 4 e 5, disse que era um questão de legalidade. Referiu que se existem freguesias que cometem ilegalidades, a lei era clara nas competências do Presidente da Junta. Ainda sobre o requerimento n. 4, informou que já se encontravam realojadas algumas famílias e que iria verificar as situações referidas no mesmo. Sobre a questão do trânsito junto à Escola António Sérgio, disse estar atento e que lamentava que tivessem dado inicio a todo este processo, sem estar ainda colocada a semaforização no local. No aspecto da segurança, iria ser vedada a zona que servia de parque de estacionamento no Jardim Soares dos Reis, com guias, de forma a permitir que o acesso à Escola se faça com segurança, através do portão instalado naquele local. -----

Senhor Deputado Agostinho Santos (PS): Relativamente às moções, disse que o Partido Socialista, apesar de não ter sido autor, se sentia tão autor como a CDU, a partir do momento em que subscreveu a proposta. Sobre os requerimentos teriam ficado satisfeitos se tivessem sido convidados a subscrevê-los. Relativamente ao requerimento sobre o problema de habitação existente na Rua Santa Luzia, referiu que o mesmo só faria sentido se tivesse sido apresentado antes de metade da população ter sido realojada, e não após visita efectuada pela Sra. Deputada Ilda Figueiredo àquele local. Sobre a proposta apresentada pela CDU, no que respeita às alterações de trânsito introduzidas na Escola António Sérgio, estavam solidários, porque consideravam ter razão.-----

Senhor Deputado Paulo Tavares (CDU): Relativamente às visitas referiu que a CDU, não saía à rua só na altura das campanhas eleitorais. As suas propostas têm como objectivo, melhorar os reais interesses da população de Mafamude.----

Senhor Deputado Agostinho Santos (PS): Referiu que cada um tem o direito de dizer o que quer, não tem o direito de interpretar como quer. Tinha sido já proposto no inicio deste mandato, que o Executivo da Junta de Freguesia, deveria promover visitas pela Freguesia.-----

Senhor Presidente da Mesa: Explicou as razões pelas quais não iria ser a favor da Moção n.º 2.-----

Senhor Presidente da Mesa: Informou que se iria passar de imediato à votação dos documentos presentes à mesa: Moção Sobre a condenação à morte de Amina Lawal na Nigéria. **Votação:** Aprovado por unanimidade; Moção sobre o cumprimento integral da Lei das Finanças Locais. **Votação:** Aprovado com 11 votos do PSD/PP, 6 votos do PS, 1 CDU e um voto contra do PSD/PP; Moção - Lembrar Adriano. **Votação:** Aprovado por unanimidade; Requerimento sobre a existência de habitações degradadas na Rua Santa Luzia. **Votação:** Aprovado com 6 votos do PS e 1 CDU e 12 abstenções do PSD/PP; Requerimento sobre as alterações ao trânsito junto à Escola António Sérgio. **Votação:** Aprovado com 6 votos PS e 1 voto da CDU e 12 abstenções do PSD/PP.-----

Senhor Presidente da Mesa: De imediato abriu as inscrições ao público. Inscreveram-se a D. Elisete Marques e o Senhor António Silva.-----

Senhora D. Elisete Marques: Informou que a sua intervenção iria ser baseada numa entrevista dada pelo Senhor Presidente da Junta ao Jornal a Voz de Gaia, em que dizia que "seja como for nada é definitivo, técnicos da Câmara e Junta de Freguesia, reuniram com os comerciantes daquela zona, e não só, que dialogou com todos que demonstraram interesse em perceber como se iria processar o trânsito e que não houve até hoje qualquer feed-back negativo. Neste sentido perguntou ao Senhor Presidente da Junta se quando se refere ao "não só", se se refere a todos os habitantes de Mafamude, ou se se refere à Comunidade Educativa, porque de facto não foram ouvidos neste assunto. Perguntava também se é este o respeito que merecem da sua parte. Também gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Junta o que entende por resolução de segurança, dos alunos, professores, funcionários e encarregados de educação. Será fechar a porta principal da Escola e passarmos a entrar todos pelos fundos? Será que fazia isso à sua Junta de Freguesia?. Perguntava também ao Senhor Presidente da Junta, se por acaso se lembrou de um problema enorme que é o estudo da poluição sonora, desde quando se faz um obra sem um estudo prévio da poluição sonora. Quantas obras já foram encerradas por não se terem feito estes estudos?-----

Senhor António Silva: Começou por dizer que se iria debruçar sobre o mesmo assunto e que iria aproveitar a oportunidade para dar algumas informações e defender aquilo que acha que é uma causa justa. Informou quais foram as medidas tomadas em Conselho Pedagógico e Conselho Executivo, pelo Alunos, e Encarregados de Educação bem como a Associação de Estudantes, relativamente a este assunto. Pelas preocupações apontadas, gostaria que este problema fosse revertido. -----

Senhor Presidente da Junta: Às questões levantadas pelo público, informou que tudo foi feito de forma a não prejudicar o bom funcionamento do estabelecimento de ensino em questão.

Nada mais havendo a tratar, quando eram zero horas e quinze minutos do dia 7, o Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a presente acta, cuja minuta foi aprovada, por unanimidade, nos termos do art. 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. E eu, Rosa Maria Palhares Leite, Assistente Administrativa Especialista e Secretária da presente reunião, a subscrevi.

O PRESIDENTE DA MESA
(Milton de Jesus dos Reis)

1.º SECRETÁRIO

2.º SECRETÁRIO